

## Secretaria-Geral

## Despacho n.º 916/2009

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências, designadamente, no âmbito da área de Aprovisionamento e Património, para cuja prossecução foi criada a Divisão de Aprovisionamento e Património (DAP);

Considerando a necessidade de assegurar a coordenação das atribuições daquela unidade orgânica;

Considerando que a licenciada Maria da Conceição Grave Ribeiro, técnica superior principal, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos n.ºs 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Maria da Conceição Grave Ribeiro, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009.

18 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes*.

## Nota curricular

Nome: Maria da Conceição Grave Ribeiro

Categoria: Técnica Superior Principal

Licenciou-se em Direito pela Universidade autónoma de Lisboa (UAL) em 1996, tendo concluído o estágio de advocacia em 1998.

Frequenta o mestrado de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e fez pós-graduações em Políticas Administrativas — na vertente administrativa — da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998; em Ciências Administrativas da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999; em Políticas de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos no Instituto Sócrates (UAL), 2001; em Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, no Instituto Sócrates homologado e financiado pelo IDICT, 2002 e em Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Possui ainda diversos cursos de formação nos domínios de recursos humanos e aquisição de bens e serviços.

Funções Desempenhadas

Desde Abril de 2008, jurista da Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP);

2007-2008 — Directora de Serviços de Informação, Gestão e Administração em regime de substituição do DPP

Desde 25 de Setembro de 2006 no Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do MAOTDR onde, foi responsável pela preparação e elaboração dos projectos de diplomas legais decorrentes da reestruturação e fusão que o Departamento foi objecto por força do PRACE, tendo acompanhado e apoiado a direcção em todo o processo de fusão e reestruturação do DPP; e presta assessoria jurídica à Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração em matérias ligadas à gestão orçamental, financeira e patrimonial e administração de recursos humanos.

Entre Maio de 2004 e Setembro de 2006 enquanto Técnica Superior de 1.ª classe pertenceu ao quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional onde assegurou o apoio técnico-jurídico, designadamente, através da emissão de pareceres e informações no que dizia respeito à prossecução da missão da DGDR, enquanto organismo responsável pela elaboração e execução da política de desenvolvimento regional, pela coordenação e acompanhamento da execução das intervenções nos fundos comunitários, bem como pela gestão nacional do FEDER e do Fundo de Coesão e no que respeita aos mercados públicos e gestão dos recursos humanos.

De Fevereiro de 2003 a Maio de 2004 desempenhou as funções de consultora jurídica do Conselho Directivo prestando apoio jurídico particularmente à Divisão Administrativa e Financeira da Faculdade de

Ciências da Universidade de Lisboa nas áreas da gestão dos recursos humanos e da contratação pública.

De Junho de 1996 a Janeiro de 2003 desempenhou funções de consultora jurídica em diversos serviços do Exército, onde prestou apoio jurídico no âmbito do direito administrativo e do trabalho e prestou assessoria em todos os domínios, em especial na gestão dos recursos humanos e contratação pública.

## Despacho n.º 917/2009

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

É criada, na dependência da Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial, a Divisão de Aprovisionamento e Património, adiante designada por DAP, à qual compete, nomeadamente:

a) Assegurar a gestão do património e do aprovisionamento dos bens necessários ao funcionamento da SG, dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços, comissões e grupos de trabalho a que a SG presta apoio, nomeadamente: gerir, conservar, remodelar e manter as instalações e equipamento relativos a edifícios do Estado afectos à SG;

b) Proceder a estudos e à elaboração de normas de utilização dos referidos edifícios;

c) Assegurar as funções técnicas e administrativas inerentes à planificação de obras de reparação, remodelação e conservação dos citados edifícios;

d) Promover os procedimentos necessários à aquisição de serviços de segurança, limpeza e outros, necessários ao normal funcionamento daqueles edifícios, bem como a respectiva gestão;

e) Propor e instruir os processos de aquisição, manutenção, substituição, alienação e abate dos veículos e proceder à recolha de informação e dados estatísticos com vista à racionalização da gestão do parque automóvel daqueles serviços.

18 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes*.

## Agência Portuguesa do Ambiente

## Despacho (extracto) n.º 918/2009

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 9 de Dezembro de 2008, e nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeada em regime de substituição, a Técnica Superior Principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, arquitecta Ana Cristina Corado Ferreira Russo Teixeira, para o cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Avaliação de Impacte Ambiental, da Agência Portuguesa do Ambiente, estando cumprindo o disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Novembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

## Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P.

## Despacho n.º 919/2009

Considerando que:

A edificação da capacidade financeira da ARH do Centro, I.P. tem por motivação central contribuir para a protecção, ou recuperação, do bom